

Educação Patrimonial: Perspectivas e ações no âmbito das Políticas Públicas da Secretaria de Educação do Distrito Federal

 Rodrigo Capelle Suess *
Raquel Sá Rodrigues de Souza **

Resumo: A educação patrimonial é uma dimensão da educação que se volta para a instrumentalização do processo de busca contínua do ser humano que se entende como inconcluso e quer ser mais, por meio de um processo intencional que visa a construção e apropriação de saberes que são considerados pelo coletivo como essenciais para a sua sobrevivência, identidade, história e memória. Como política pública em educação volta-se para a mobilização de recursos, energias e pessoas no desenvolvimento da educação e da cultura a serviço da diversidade cultural e do pertencimento dos sujeitos aos seus espaços de vida. Na SEEDF trata-se de uma política recente que se constrói por meio de normativas, orientações pedagógicas, eventos, ações, publicações, exposições, oficinas e projetos especiais. Possui diversos desafios e possibilidades teóricas e práticas tais como o fortalecimento das bases legais; reconstrução de seus principais documentos, por meio da gestão democrática-participativa; a construção da rede de educadores patrimoniais; a valorização da coordenação pedagógica como espaço de construção; o fortalecimento e expansão acompanhados por processos formativos e de autonomia intelectual dos professores; a valorização da escola como patrimônio e espaço da diversidade cultural; a valorização da história, cultura e referências das diferentes Regiões Administrativas, além do seu potencial para enfrentar problemas escolares como evasão, abandono, distorção idade-ano, violência e, por outro lado, favorecer o desenvolvimento do protagonismo juvenil e da cultura de paz nas escolas.

Palavras-chave: Diversidade cultural. Sobrevivência humana. Sentidos da educação. Educadores patrimoniais. Escola como patrimônio.

* Rodrigo Capelle Suess é graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás – UEG (2014), mestre em Geografia pela Universidade de Brasília – UnB (2016), e doutorando em Geografia pela UnB. Professor da Carreira Magistério Público da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF, componente curricular Geografia. Integrante do Grupo de Pesquisa Ensino, Aprendizagem e Formação de Professores em Geografia (GEAF-UnB). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4727367551462113>. Contato: rodrigo.capellesuess@gmail.com.

** Raquel Sá Rodrigues de Souza é graduada em Pedagogia pela Universidade de Brasília - UnB (2010), especialista em Gestão Pública pelo Instituto IMP (2015). Professora de Educação Básica da Carreira Magistério Público da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2088636347197503>. Contato: raquelsarodrigues@gmail.com.

Palavras Iniciais

A Educação Patrimonial pode ser compreendida como um processo intencional que visa à construção e apropriação de saberes no tocante aos objetos e às manifestações que são considerados essenciais para a sobrevivência, identidade, história e memória. Ela faz referência a bens culturais comuns que nos remetem a algum sentimento de pertencimento. Trata-se de uma apropriação da cultura (ou parte dela) que é representativa para um indivíduo ou grupo.

Assim, a Educação Patrimonial nada mais é do que uma dimensão da educação, uma roupagem teórica para tratar questões importantes como a identidade, a memória, o pertencimento, os lugares, as utopias, os sentidos das aprendizagens e da escola e a construção de significados em educação. Constitui-se em uma ação intencional que objetiva contribuir com a construção do sentido de mundo pelos nossos professores e estudantes. Estamos falando de uma ação pedagógica que pode favorecer o despertar do pertencimento desses atores em relação aos seus espaços vividos e ao Distrito Federal.

O grande objetivo da política pública de Educação Patrimonial é que o patrimônio não seja apenas algo a ser apreciado, mas que suscite reflexões e possa ser compreendido de forma integrada aos processos de vida. Neste sentido, o objetivo de consolidar essa dimensão da educação como política pública pode se constituir em um projeto coletivo de educação, no qual a principal obra seja o sujeito, reflexo da natureza, de sua obra e, autenticamente, de si mesmo. A política a que estamos nos referindo é aquela que se faz refletir e ser refletida, verdadeiramente, no cotidiano escolar, encorpada por ações de diversos sujeitos. A política que se justifica pelas pessoas, seus projetos, sonhos e objetivos. Política que é sempre projeto, instrumento inacabado de busca contínua e constante. Se a sociedade não é uma obra acabada, o processo educativo também não, e as políticas públicas por sua vez seguem essa lógica.

Desse modo, quando falamos em uma política pública de Educação Patrimonial na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) estamos nos referindo aos diversos sujeitos envolvidos em sua concepção e construção: os professores, que estão em sala de aula repensando práticas e produzindo novos conhecimentos, conforme o território em que a comunidade escolar se insere; os nossos estudantes, sujeitos pelos quais as escolas mobilizam todas as intenções e forças; os coordenadores intermediários, que estão acompanhando os diversos projetos e ações, ecoando e fortalecendo o trabalho pedagógico das Unidades Escolares; os professores, que estão realizando trabalhos

técnico-pedagógicos na Unidade Central auxiliando na proposição e execução das diversas ações da política pública de Educação Patrimonial; os diversos parceiros, como a Secretaria de Cultura e Economia Criativa e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por exemplo, que acreditam no potencial transformador da educação e que empreendem esforços para essa missão; os nossos artistas, que nos apresentam e nos despertam para os sentidos e significados sobre o patrimônio; além dos cidadãos comuns que, mesmo não sabendo o conceito formal de patrimônio, são tocados e afetados por esse, assim como tocam e afetam todos os demais sujeitos.

Dessa maneira, é por meio da ação organizada desses diversos sujeitos, que existem: o dia 17 de agosto no calendário escolar - o dia do patrimônio cultural, o currículo da rede pública que contempla e valoriza o patrimônio local, diversas leis, decretos, portarias, regimentos e outros instrumentos que protegem o nosso patrimônio e permitem a sua difusão.

Isto posto, o objetivo deste trabalho é analisar a Educação Patrimonial enquanto dimensão da Educação Básica, materializada como política pública e instrumento de formação cidadã na SEEDF. Para tanto, faz-se necessário reconhecer quais são as referências teóricas e conceituais que orientam essa dimensão educativa, tais como os conceitos de cultura, educação, patrimônio, memória, identidade, lugar e território. Os marcos legais, as principais ações e projetos dessa política pública na rede pública de ensino do Distrito Federal e os desafios e possibilidades.

Esse artigo se constituiu em uma perspectiva qualitativa, fruto da investigação bibliográfica e de reflexões propositivas que resulta da indissociabilidade entre teoria e prática do fazer pedagógico. Começamos, então, por uma breve abordagem sobre o conceito de cultura, que contribuirá para a nossa jornada de apresentação da Educação Patrimonial, suas perspectivas e ações, enquanto política pública da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

Educação Patrimonial: Educação e Cultura

É no movimento dialético e indissociável entre educação e cultura que encontramos a existência e a necessidade de uma Educação Patrimonial. O trabalho, a cultura e a educação são atividades especificamente humanas, características de sua essência e suas origens remetem à própria origem do ser humano. São traços que contribuem e permitem a reprodução da existência humana no espaço e no tempo (SAVIANI, 2012). Por esse prisma, Freire (1985) entende que não é possível realizar uma reflexão sobre o que é educação sem pensar sobre o que constitui o próprio ser humano, e

chega a conclusão que o que existe na natureza do ser humano e sustenta o processo de educação é o seu inacabamento, a sua inconclusão.

Para Sartre (1987), a essência precede a existência de quase todos os seres, exceto o ser humano, isto é, não há um homem definido antes de existir, a essência se dá no decorrer da existência. Assim, para Freire (1996), o ser humano não é – ele está sendo, é projeto de si mesmo. Nesse contexto, a educação reflete um projeto de homem e sociedade a se dar. Essa continuidade e busca somente é possível se entendermos a história como possibilidade. Temos de saber o que fomos e o que somos, para saber o que podemos ser. Acreditamos que são os homens que criam a sociedade e são eles que podem prosseguir transformando-a.

O desenvolvimento do conceito de cultura resguarda diversos significados e abordagens. Inicialmente, concebido como cultivo da terra, essa ideia foi ao longo do tempo incorporando elementos humanos como as atividades abstratas, a arte, a música e a literatura. Chegou a ser exigida como um atributo exclusivo da elite, de um tipo de sociedade tida como culta, e posteriormente cedeu espaço para a cultura popular (MOREIRA; CANDAU, 2007). Até a primeira metade do século XX, uma das noções predominantes de cultura é a de entidade supra orgânica, formulada pelos antropólogos Alfred Kroeber e Robert Lowie. Essa visão reconhece, principalmente, as manifestações naturais, embora também faça menção aos costumes, as crenças, os hábitos, as habilidades, as técnicas, as leis, as artes, a linguagem, entre outras. Dessa forma, como entidade supra orgânica, isto é, entidade acima do homem, não redutível aos indivíduos, que paira sobre a sociedade e determina as suas ações por meio de suas leis (CORRÊA; ROSENDAHL, 2011; DUNCAN, 2012).

Contudo, é a concepção de cultura dada, especialmente, pela contribuição da filosofia dos significados, pela fenomenologia e pela hermenêutica, que mais nos interessa. Pois a cultura é encarada como um contexto de significados, reflexo, meio e condição da existência das pessoas e dos grupos sociais. Assim, a cultura entra em uma perspectiva interpretativa, composta de significados criados e recriados por grupos sociais refletindo as diversas esferas da vida e suas espacialidades (CORRÊA; ROSENDAHL, 2011, 2012). Nessa lógica, a cultura também representa uma prática social que como resultado final, ou sempre em processo, reflete a construção e reconstrução de significados (MOREIRA; CANDAU, 2007).

De acordo com Claval (1999), a cultura é concebida de acordo com alguns critérios, entre eles: mediação entre o homem e a natureza; a herança, resultado de um jogo de comunicação, que permite aos indivíduos e aos grupos se projetarem no futuro; feita por palavras, articuladas por discursos e realizada na representação.

Fator essencial de diferenciação social. Por essas e outras questões, podemos dizer que a cultura é chave para a compreensão sistemática de diferenças e semelhanças entre os seres humanos (WAGNER; MIKASSEL, 2011).

Assim, pode-se dizer que a cultura é o resultado da interação do ser humano com a natureza, interação que é intermediada pelo trabalho e pelas tecnologias, que gera um contexto de significados. A sistematização de experiências que o homem estabeleceu com a natureza por meio de seu trabalho forma o que conhecemos como conhecimento e é a sua transmissão e reconstrução das sucessivas gerações que veem permitindo a sua sobrevivência e sucesso da espécie (MOREIRA; CANDAU, 2007; GOMES, 2007). Trata-se de um legado a serviço da existência da espécie humana. A educação, portanto, serve-se da cultura, especificamente, do conhecimento, que é significativo para o sucesso de um projeto de homem e sociedade que se volta para a cultura, uma vez que, ela é permanentemente criada e recriada.

Portanto, entendemos que a concepção de cultura influencia diretamente na concepção de educação dos indivíduos e/ou grupos. Esse reflexo, por sua vez, torna-se direto nas políticas públicas e no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem em Educação Patrimonial. Se optamos ou entendemos a cultura em uma perspectiva rígida, inflexível e, também, como um privilégio, estaremos realizando uma Educação Patrimonial destinada à manutenção do *status quo* do sistema de significados estabelecidos. Por outro lado, o entendimento da cultura como algo dinâmico, em processo e democrático nos permite transformar a Educação Patrimonial em um sistema de pensamento útil para a transformação social, especialmente, em seu aspecto de busca constante de sentido e pertencimento pelos sujeitos, tão importante no processo educacional. Essa última concepção somente se efetiva por meio da compreensão da história como possibilidade.

A história como uma possibilidade não é uma história única, determinada, fatalista; mas uma história que pressupõe diferentes hipóteses de futuro. Ela envolve a continuidade do ser que pode e deve ser mais. Seria impensável um mundo em que a experiência humana se desse ausente da continuidade necessária, ou seja, fora da história. A educação tem grande responsabilidade nessa continuidade, especialmente, pelo papel de trabalhar com os conhecimentos acumulados e refletir possibilidades para as mudanças. Essa perspectiva seria ininteligível sem o sonho, pois não há mudança sem sonho, como não há sonho sem esperança. Ela é uma ação coletiva, pois somos seres no mundo, com o mundo, e com os outros, por isso seres da transformação e não da adaptação a ele. Assim, ninguém aprende fora da história e ninguém aprende individualmente apenas. É fazendo história que a gente aprende a história

(FREIRE, 1985, 1996, 2014), é fazendo Educação Patrimonial que aprendemos Educação Patrimonial, em um processo que é sempre ação-reflexão-ação.

Todo ato pedagógico é um ato político. O educador é por si mesmo um político, uma vez que, assume a responsabilidade de decidir, delimitar e executar ações instrumentalizadas por princípios e conceitos visando a efetivação de um projeto de educação e, conseqüentemente, um projeto de sociedade, como destaca Freire (2017). A Educação Patrimonial enquanto dimensão da educação, não se faz isolada e dissociada da totalidade. A partes devem refletir a totalidade, ou seja, a Educação Patrimonial deve estar associada a um projeto de educação, cultura e sociedade. Nesse sentido, faz-se a seguinte reflexão: a serviço de que projeto a Educação Patrimonial deve estar?

Um sistema de pensamento a serviço da formação cidadã

A educação como processo intencional que busca mediar a construção e a reelaboração do conhecimento historicamente constituído possui um sistema de pensamento que contribui para esse processo. A prática educacional se orienta, necessariamente, para alcançar determinados objetivos. Os objetivos educacionais expressam, portanto, propósitos definidos explícitos quanto ao desenvolvimento das qualidades humanas a serem adquiridas pelos indivíduos para o desempenho de seus papéis na vida em sociedade. No que se refere aos propósitos da Educação Patrimonial, englobamos alguns conceitos básicos como patrimônio, memória, identidade, lugar e território, intrínsecos à compreensão da temática. Dentre os diversos projetos de educação e sociedade a que Educação Patrimonial se propõe contribuir, destaca-se o trabalho pedagógico voltado à formação cidadã, ação propulsora na construção de uma sociedade democrática, justa e participativa. Abordagem, que nos permite contribuir para a correção de uma rota historicamente constituída.

Historicamente, a Educação Patrimonial se fortaleceu na perspectiva de consolidação do Estado-Nação ocidental-capitalista. Após o feudalismo, o Estado-Nação se constituiu como uma estrutura de poder atribuído a determinado grupo social. Para sua efetivação, foi preciso forjar ou eleger algo em comum, algo que correspondesse à memória coletiva nacional, processo que se deu por meio da centralização do poder a determinado grupo social. Processo de hegemonização posto, deste modo, em contraposição à diversidade, aspecto fundamental na construção democrática. Na América, em especial na América Latina, o Estado-Nação se deu, em boa parte, pela eliminação massiva da diversidade (índios, negros e mestiços) – e não por meio de uma

democratização fundamental das relações sociais e políticas (QUIJANO, 2005). Nessa perspectiva, a Educação Patrimonial se desafia a ampliar o pensar, o refletir e o conhecer das sociedades, a partir do fortalecimento do sujeito e por meio de alguns pilares básicos - memória, identidade, patrimônio, lugar e território - ampliando, portanto, o potencial da ação educativa na formação cidadã.

Na compreensão da Educação Patrimonial, é importante evidenciar um conceito intimamente relacionado à cultura: o patrimônio. De acordo com Canclini (1994, p. 99), o patrimônio refere-se àquilo que “um conjunto social considera como cultura própria, que sustenta sua identidade e o diferencia de outros grupos”. A noção de patrimônio que adotamos avança historicamente de uma concepção que o limitava como propriedade e monumento (isolado), para uma concepção integral de forma e conteúdo. Um dos seus principais sentidos continua sendo aquilo que pertence a alguém, individual ou coletivamente (COSTA, 2012). O patrimônio remete a alguns valores, como os cognitivos, os formais, os afetivos, os pragmáticos e os valores éticos. Esses valores fazem menção ao conhecimento histórico, as propriedades físicas e simbólicas dos objetos, as manifestações, além da relação afetiva e do sentido e significado social estabelecidos por determinados grupos (MENESES, 1996).

O patrimônio pode simbolizar a apropriação da natureza, a espacialização da sociedade ou a organização de espaços urbanos, ao longo da história (COSTA, 2012). Nesse sentido, a noção de patrimônio por muito tempo e até hoje, em diversos sentidos, se apresenta como uma noção restritiva diante de um contexto de injustiça espacial: uma vez que a maioria das pessoas é despossuída de bens, propriedades, meios de produção e até mesmo elementos básicos como alimentos, vestuários, medicamentos e saúde. E aqui temos mais um dos desafios colocados para a Educação Patrimonial, o de corroborar, de forma intencional e deliberada, com um projeto de sociedade que assente em sua base a democratização do patrimônio cultural e que melhore a compreensão dos sujeitos sobre os seus espaços.

Nora (1993) defende que o patrimônio cultural é um lugar de memória. A memória é compreendida “como a capacidade de relacionar um evento atual com um evento passado do mesmo tipo, portanto, como uma capacidade de evocar o passado através do presente” (JAPIASSÚ, 1996, p. 178). Ela pode ser algo relativamente íntimo, próprio da pessoa, como se transformar em um fenômeno coletivo e social. Tem-se como principais elementos constitutivos de sua substância os acontecimentos vividos pessoalmente e pelo grupo ou coletividade que o sujeito se sente pertencente, as pessoas e personagens do enredo e os lugares de sua construção (POLLAK, 1992).

Já a identidade, segundo Brandão (2019, s. p.), “se relaciona com a concepção que o indivíduo tem de si mesmo e do seu pertencimento e sua afiliação a grupos”. Esse conceito tem diversos desdobramentos, e vem sendo tratado essencialmente como a substância que conecta as pessoas, elemento de diferenciação e pertencimento em relação a elementos culturais como religião, língua, memória, classe, gênero, sexualidade, etnia, nacionalidade e movimentos alternativos (BAUMAN, 2005; HALL, 2006).

O lugar, conceitualmente falando, é um local que permite uma combinação única de possibilidades, variáveis e relações que podem ser vivenciadas de diversas maneiras pelos sujeitos que nele habitam. A experiência e a percepção permitem que cada indivíduo ou grupo construa nele os significados mais íntimos, como também os significados que são comuns e podem ser compartilhados com outros lugares e pessoas. O lugar envolve relativa permanência, mas, sobretudo, uma relativa estabilidade de sentimentos, topofílicos e/ou topofóbicos (TUAN, 2013; SANTOS, 2012). O lugar é importante para a Educação Patrimonial pois ele reflete a dimensão espacial da cultura, do patrimônio, do pertencimento e dos significados.

O território é um espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder. Esse poder se estabelece por meio da dominação e/ou pela apropriação simbólica. Assim, o poder desde a materialidade das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem estritamente cultural. Em uma perspectiva integradora, o território envolve o natural, econômico, político e cultural; portanto, é multidimensional e, também, multiescalar (HAESBAERT, 2016). A narrativa e a apropriação do patrimônio cultural sempre foi uma questão de território, o que torna o seu entendimento necessário ao trabalho de Educação Patrimonial.

Dessa maneira, propõe-se, ainda, reconhecer e identificar os patrimônios locais e regionais que compõem a identidade do Distrito Federal. “Em lugar de preservar lugares, edificações e objetos pelo seu valor em si mesmo, em um processo de retificação, as políticas públicas na área devem associar continuamente os bens culturais e a vida cotidiana, como criação de símbolos e circulação de significados” (IPHAN, 2014, p. 21). Trabalhando o pertencimento, a partir da compreensão da importância da memória, da identidade, da apropriação do patrimônio, da compreensão histórica dos sujeitos sobre o lugar e o território, a Educação Patrimonial torna-se uma base de ação que se coloca a serviço das dificuldades que assolam, especialmente, as escolas públicas na construção de uma formação cidadã.

De modo geral, o trabalho da Educação Patrimonial na perspectiva de formação cidadã e enquanto política pública da SEEDF compreende:

O desenvolvimento de uma cidadania ativa, aquela entendida como exercício que possibilita a prática sistemática dos direitos conquistados, bem como a sua ampliação (BENEVIDES, 1991); Educação a serviço da dignidade humana e para a promoção, defesa, garantia e resgate de direitos fundamentais; A educação para a diversidade, a serviço de mulheres, pessoas com deficiências, negros, povos indígenas e quilombolas, população LGBT, populações do campo, em situação de rua e estrangeiros (GOMES, 2007).

Neste contexto, a política pública objetiva evidenciar a ancoragem social dos conhecimentos, e também constituir em um elemento de crítica cultural, de diálogo, de desenvolvimento de pesquisas e do trabalho coletivo (MOREIRA e CANDAU, 2007). Envolve a mobilização dos pressupostos teóricos do Currículo em Movimento do Distrito Federal para uma formação que visa o combate das desigualdades sociais, e que se coloca a serviço da justiça social, da democratização do conhecimento, da humanização e emancipação dos indivíduos e da resolução de problemas para transformação social (DISTRITO FEDERAL, 2018).

Desse modo, e como atividade humana intencionada, a Educação Patrimonial, deve promover o respeito à diversidade, à cultura da preservação, ao exercício da cidadania, ao uso consciente da ciência e das tecnologias, com vista ao futuro sustentável da humanidade (DISTRITO FEDERAL, 2016). No contexto escolar, almeja-se que a Educação Patrimonial se constitua em uma esfera articuladora da cultura e do conhecimento humano. Somando-se à sua totalidade as seguintes dimensões: filosófica; patrimônio e sobrevivência; educativa: formação, continuidade e legado; política: manutenção, difusão e ampliação do direito ao patrimônio - melhora da qualidade de vida, reconhecimento das múltiplas identidades e a redução das injustiças sociais.

A Educação Patrimonial como política pública na SEEDF

No âmbito da Secretaria de Educação do Distrito Federal e do ponto de vista normativo, a Educação Patrimonial encontra amparo nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988). Tem-se ainda, no âmbito federal, a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional - Lei nº 9.394 de 1996 em seu art. 1º dispõe que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Devendo a educação escolar vincular-se à prática social (BRASIL, 1996).

No âmbito Distrital, tem-se a Lei nº 5.499/2015, que instituiu o Plano Distrital de Educação (2015-2024), e

que prevê em sua meta 6, estratégia 6.4, uma dimensão pedagógica inovadora que amplia as possibilidades de aprendizagem, promovendo a convivência dos estudantes com outros sujeitos e formas de educação, expandindo os espaços e tempos educativos a partir da integração escola - espaços culturais e contribuindo com a construção da cidadania, individual e coletiva, desses estudantes (DISTRITO FEDERAL, 2015).

A Lei Distrital nº 5.080/2013 inclui, no calendário oficial de eventos e no calendário escolar do Distrito Federal, o Dia do Patrimônio Cultural. Além disso, a referida lei institui as Jornadas de Brasília Patrimônio Cultural da Humanidade, que tem entre seus propósitos: promover a Educação Patrimonial; disseminar para todos os cidadãos o conhecimento sobre o patrimônio material e imaterial do Distrito Federal, estabelecendo sua relação com o patrimônio brasileiro e com o patrimônio mundial; valorizar e disseminar as experiências existentes na área educacional e nos diversos âmbitos profissionais relacionados ao patrimônio material e imaterial do Distrito Federal; estimular novas experiências e a capacitação de educadores e profissionais nas diversas áreas de saber relacionadas ao patrimônio material e imaterial do Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL, 2013).

Na SEEDF, tem-se a Portaria nº 265, de 18 de agosto de 2016, que institui a Política de Educação Patrimonial da SEEDF, apresentando a Educação Patrimonial como uma dimensão da educação que agrega ao trabalho pedagógico da educação básica seus princípios fundamentais: a memória, a identidade, a preservação, o pluralismo, a acessibilidade, a valorização, a formação e a inter, multi e transdisciplinaridade (DISTRITO FEDERAL, 2016).

A política tem como objetivo promover a presença da temática em programas, projetos e ações de forma transversal e interdisciplinar, tal como apresentado no Currículo da Educação Básica da SEEDF para todas as etapas e modalidades de ensino. Destaca que as ações e os projetos pedagógicos de Educação Patrimonial devem ser inseridos na política macro das Unidades Escolares de forma multi, inter e transdisciplinar, participativa, integradora, processual, planejada e contínua, devendo a ação pedagógica do professor ser trabalhada de forma transversal nos conteúdos, áreas de conhecimento e atividades pedagógicas (DISTRITO FEDERAL, 2016).

Por fim, e não menos importante, tem-se o Currículo em Movimento da Educação Básica do Distrito Federal (2018), que ressalta a Educação Patrimonial como eixo transversal, portanto, presente em todas as etapas e modalidades de ensino e áreas do conhecimento. Dessa forma, entre as diversas inserções, o currículo propõe diferentes abordagens sobre patrimônio - material, imaterial, cultural, artístico, artístico-literário, ambiental e genético - relacionados a diversos objetos e fatos - monumentos, pontos turísticos, motivações históricas,

formas e gêneros musicais, múltiplas linguagens (corporal, oral, escrita e audiovisual), cultura digital, unidades de conservação, modos de vida, políticas e espaços de memória, cultura e lazer. Essas conexões são exploradas em escalas que vão desde o lugar vivido do estudante até noções mais amplas como a cidade e as regiões administrativas, o Distrito Federal, o entorno do Distrito Federal, o Brasil e as suas regiões, bem como o mundo e a noção global de humanidade. No caso brasileiro, além de questões sociais, étnicas, de gênero e religiosa, deve-se destacar as contribuições das matrizes indígenas, africanas e europeias na construção da compreensão em torno do patrimônio.

Ciente das proposituras normativas, cabe ao professor em suas intervenções pedagógicas identificar, conhecer, inventariar e valorizar o patrimônio; analisar mudanças e permanências; despertar nos estudantes o sentimento de pertencimento e apropriação; favorecer o enriquecimento de vocabulário e repertório cultural; respeitar e preservar as diferentes culturas e manifestações culturais; promover a preservação e conservação do patrimônio; problematizar razões culturais, sociais e políticas, despertando o senso crítico dos estudantes contra as formas de discriminação que cercam as questões patrimoniais (DISTRITO FEDERAL, 2016, 2018).

Nessa compreensão, a política de Educação Patrimonial torna-se um importante instrumento de resgate e valorização das peculiaridades históricas e culturais da comunidade escolar, podendo representar uma ação pedagógica estratégica para combater a evasão e a defasagem escolar, bem como promover a cultura de paz nas Unidades Escolares. Nesse aspecto, diante do contexto histórico e geográfico peculiar e não regular a que está disposto o Distrito Federal, no qual grandes disparidades socioeconômicas contribuem, sobretudo, no imaginário e o sentimento de pertencimento das populações (LEITE; GARCIA-FILICE, 2015), cabe à Educação Patrimonial contribuir para a construção da noção de bem comum, em outros espaços e tempos, que estão além dos muros da escola.

Ações e proposições de Educação Patrimonial da SEEDF

Na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, da qual fazem parte 14 Coordenações Regionais de Ensino e mais de 670 Unidades Escolares, são desenvolvidas diversas ações e projetos de Educação Patrimonial. Entretanto, elencamos as políticas e projetos sob responsabilidade e articulação da equipe de Educação Patrimonial de nível central vinculada à Gerência de Educação Ambiental, Patrimonial, Língua Estrangeira e Arte-Educação da Subsecretaria de Educação Básica da SEEDF.

Uma das principais atribuições dessa área temática é a realização de orientações pedagógicas com o objetivo de fomentar o desenvolvimento das ações nas Unidades Escolares da rede. As orientações envolvem os desdobramentos da Portaria nº 265/2016; o trabalho com os conceitos e princípios da Educação Patrimonial; a problematização do contexto histórico, geográfico e social do Distrito Federal à luz da temática; a inserção de atividades pedagógicas que se encaixam nos diversos componentes curriculares a serem trabalhados de forma interdisciplinar na perspectiva do currículo integrado conforme os pressupostos do Currículo em Movimento do Distrito Federal.

Entre as diversas ações de desenvolvimento da Educação Patrimonial está o reconhecimento e a valorização das ações e projetos desenvolvidos no âmbito das Unidades Escolares. Dada essa importância, afirmada pela Lei Distrital nº 5.080/2013, as Unidades Escolares preveem em seus planejamentos anuais o dia 17/08 como o *Dia do Patrimônio Cultural*, data reservada ao trabalho pedagógico de valorização do patrimônio e apropriação cultural pelos estudantes e toda a comunidade escolar.

Também está instituída a realização das *Jornadas do Patrimônio Distrital*, assim intituladas pela Lei Distrital nº 5.080/2013 denominada *Jornadas de Brasília Patrimônio Cultural da Humanidade*. Sua realização está a cargo do Poder Executivo e do Poder Legislativo, devendo ser planejada e executada, anualmente, em parceria com as universidades, escolas, instituições locais e federais de fomento à cultura e de proteção do patrimônio, movimentos culturais, sociedade civil organizada, setor privado e demais organismos e movimentos sociais de defesa do patrimônio (DISTRITO FEDERAL, 2013).

Tomada anualmente por um tema específico e como culminância de ações e projetos desenvolvidos ao longo do ano, as Jornadas do Patrimônio realiza-se no mês de setembro e têm como objetivo trabalhar, especialmente, três grandes eixos: o patrimônio cultural (material e imaterial) do Distrito Federal; Brasília como patrimônio brasileiro e mundial; e a Educação Patrimonial no Distrito Federal. Constitui-se em um espaço de encontro, formação e diálogo entre os/as professores/as da SEEDF e demais pesquisadores, universidades, produtores culturais, artistas e interessados na reflexão e na prática sobre Educação e Patrimônio. As atividades envolvem: formação, seminários, debates, trocas de experiências, apresentações culturais, turismo cívico, mesas formativas, apresentação de projetos e ações da SEEDF, trabalhos acadêmicos e homenagens de desempenho nos trabalhos de Educação Patrimonial. A culminância do ano de 2020 terá como principal temática os 60 anos de Brasília.

Na mesma perspectiva são realizadas as *Jornadas do Patrimônio Regionais*, que acontecem ao longo do mês

de agosto, em polos, nas diferentes Coordenações de Ensino da rede pública de ensino. As jornadas regionais tem por objetivo a formação dos professores para o desenvolvimento do trabalho de Educação Patrimonial com os estudantes da rede pública de ensino do Distrito Federal. Nesses encontros, são abordadas as linhas temáticas norteadas pela Política de Educação Patrimonial da SEEDF, instituída pela Portaria nº 265, de 16 de agosto de 2016. No ano de 2019, foi apresentada também a ferramenta dos Inventários Participativos. Para 2020, a formação terá como tema a “Escola como patrimônio”.

O *Projeto Territórios Culturais* oferece uma dimensão pedagógica alternativa que amplia as possibilidades de ensino e aprendizagem em espaços culturais simbólicos do Distrito Federal. Pretende-se oportunizar aos estudantes da rede pública de ensino a construção de saberes relativos ao patrimônio cultural - corroborando para a consolidação de noções de pertencimento, de identidade e de memória. O Projeto permite a integração entre as Unidades Escolares e os diversos espaços culturais do Distrito Federal favorecendo a apreciação, a reflexão crítica, a experimentação e a fruição artística dos estudantes por meio de ações pedagógicas interdisciplinares desenvolvidas em conformidade com os pressupostos teóricos do Currículo em Movimento da Educação Básica e da Política de Educação Patrimonial (DISTRITO FEDERAL, 2016).

Instituído em 2017, em parceria com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa e voltado para o desenvolvimento da política de Educação Patrimonial, o projeto é desenvolvido nos espaços culturais - Museu Nacional da República, Cine Brasília, Centro Cultural Três Poderes, Memorial dos Povos Indígenas, Catetinho e Museu Vivo da Memória Candanga. Atualmente, o Projeto passa por um processo de ampliação, que contemplará o trabalho pedagógico nas áreas de artes e leitura em novos espaços culturais do Distrito Federal - Biblioteca Nacional de Brasília, Casa do Cantador, Complexo Cultural de Samambaia, entre outros.

O *Projeto Turismo Cívico Pedagógico - Programa Brasília Nossa Capital* é desenvolvido em parceria com a Secretaria de Turismo do Distrito Federal. E realiza ações de turismo cívico pedagógico, que compreendem: visita pedagógica ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), ao Memorial Nossa história do Ministério Público Federal, ao Memorial JK, à Residência Oficial de Águas Claras (ROAC) e visita à Praça dos Três Poderes para a cerimônia de troca da bandeira nacional. O Projeto engloba um roteiro cívico-pedagógico elaborado para oferecer uma experiência de aprendizagem cívica, histórica e cultural destinada aos estudantes do Ensino Fundamental e Médio da rede pública de ensino do Distrito Federal. O roteiro tem como escopo a Política de Educação Patrimonial da SEEDF, que em

uma de suas dimensões contempla o conhecimento cívico de Brasília e a importância da cidade nos cenários social, político e histórico-cultural do país. As atividades pedagógicas do projeto têm duração de três dias, trabalhando três temas fundamentais: a transferência da capital do Brasil e a sua construção no centro do país; a capital federal enquanto símbolo nacional da República Federativa do Brasil; e a cidade planejada, considerada obra prima do gênio criativo humano e Patrimônio Cultural Mundial pela Unesco. Em 2019, o Projeto envolveu a participação de estudantes do Ensino Médio das Coordenações Regionais de Planaltina, Paranoá, Gama e Recanto das Emas.

Além das ações e projetos, a equipe de Educação Patrimonial articula e propõe diversas formações em parceria com a Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação (EAPE) e outros parceiros como IPHAN, SECEC, SETUR, Arquivo Público e UNB. Com destaque para o curso *Educação Ambiental e Patrimonial: relações culturais e ambientais*, realizado em 2019. O curso teve como objetivo a formação dos professores para atuação no Projeto Territórios Culturais, no Projeto Parque Educador e na Escola da Natureza. Os conteúdos envolvem os conhecimentos sobre a Arqueologia do DF; Fazendas e estradas coloniais; A Missão Cruls e a implantação do DF; O panorama do Patrimônio cultural no Brasil e DF; o Projeto Aquaripária e Água como Matriz Ecopedagógica, entre outros.

Como continuidade das ações de Educação Patrimonial, no ano 2019 iniciou-se o planejamento do curso de *Educação Patrimonial, diversidade e ambiente no Distrito Federal* a ser ofertado aos professores da rede pública do Distrito Federal. A formação contabilizará a carga horária de 100 horas e será desenvolvido em formato EAD, na Plataforma Moodle/EAPE, de forma a ampliar o potencial de alcance da temática. Utilizará diversos recursos como vídeos, podcast, informativos, slides, textos didáticos, a realização de trabalho final de curso e a produção de pôster científico para avaliação do trabalho com a temática.

As ações de Educação Patrimonial abrangem, ainda, a realização anual do *Fórum de Educação Ambiental e Patrimonial da SEEDF* – espaço que se propõe à construção de conhecimento e problematização das ações e possibilidades pedagógicas para o trabalho pedagógico de Educação Ambiental e a Educação Patrimonial na rede pública do Distrito Federal.

O trabalho envolve ainda a exposição das ações e projetos. Em 2019, em parceria com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa (SECEC) a Secretaria de Educação (SEEDF), foi realizada uma exposição das ações e projetos de Educação Patrimonial na 35ª *Feira do Livro de Brasília (FELIB)*. As atividades objetivaram a exposição de minibiblioteca sobre Educação Patrimonial; a

exposição de pôsteres e fotografias antigas e atuais do patrimônio do Distrito Federal; divulgação do Projeto Territórios Culturais; apresentação de atividades culturais; divulgação e exposição de trabalhos de Educação Patrimonial desenvolvidos pelos estudantes e professores da rede pública de ensino do DF; oficinas sobre patrimônio e a Educação Patrimonial; divulgação de livros e publicações de autores regionais relacionados a educação e cultura e a divulgação da agenda de ações previstas da SEEDF e da SECEC relacionadas ao patrimônio cultural e a Educação Patrimonial.

O *Teatro de Bonecos Popular do Nordeste*, Patrimônio Cultural Brasileiro, desde 2015, foi inscrito pelo IPHAN no Livro de Formas de Expressão. Tradição histórica em algumas regiões do Nordeste, o bem cultural abrange também o Distrito Federal, em virtude do processo histórico específico de formação da capital brasileira. Como modo de fazer valer a salvaguarda do Teatro Popular de Bonecos, no contexto da política de patrimônio imaterial do IPHAN, são realizadas ações de valorização, de reconhecimento social e de divulgação da prática reconhecida como Patrimônio Cultural do Brasil. Por meio da parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional (IPHAN-DF), a SEEDF viabilizou a apresentação da Oficina de Salvaguarda do Teatro de Bonecos Popular do Nordeste nas Unidades Escolares. De natureza itinerante, o evento foi realizado nas diferentes regiões do Distrito Federal, priorizando, no ano de 2019, as Unidades Escolares do *Programa Escola que Queremos*, do qual fazem parte escolas classificadas como de maior vulnerabilidade social e com baixo desempenho nos indicadores educacionais.

Outra ação importante para o fortalecimento da política de Educação Patrimonial na SEEDF é a publicação de informativos e materiais didáticos relacionados a esse tema transversal. Destacam-se as publicações realizadas em parceria com o IPHAN-DF: *Gabriel em Brasília: a cidade com asas*, em 2015; o primeiro livro da Coleção Patrimônio para Jovens *Athos: Colorindo Brasília*, em 2019. Essa publicação resultou no *Colóquio Athos Bulcão e Educação Patrimonial*, evento voltado à formação de professores e que objetivou o diálogo e a fundamentação de conhecimentos a respeito da vida e arte de Athos Bulcão, incluindo as formas de preservação e as possibilidades do trabalho em Educação Patrimonial que envolvem a sua obra existente na capital federal. A formação reuniu, em 2019, professores da Coordenação Regional de Ensino do Plano Piloto, especialmente das Unidades Escolares que abrigam obras do artista, técnicos do IPHAN-DF e artistas da cidade em torno do trabalho pedagógico de Educação Patrimonial.

A partir de um diagnóstico de ausência de materiais didáticos voltados ao público estudantil com a temática do patrimônio, o objetivo da Coleção Patrimônio para

Jovens é proporcionar, em linguagem simples, lúdica e interativa, acesso a informações, dados e conteúdos do patrimônio cultural do Distrito Federal. Em 2019, iniciou-se a construção do segundo livro dessa coleção, que retratará Ceilândia, região administrativa que abriga a maior população do Distrito Federal. Visando agregar maior participação social na produção do livro, optou-se como instrumento de coleta de dados a ferramenta dos Inventários Participativos. Participam desse processo estudantes e professores de Unidades Escolares da Coordenação Regional de Ensino de Ceilândia, artistas e pesquisadores interessados na área.

A Educação Patrimonial da SEEDF conta, por fim, com o trabalho de articulação e divulgação da chamada para a edição especial da Revista *Com Censo: "Brasília 60 anos: Educação e Patrimônio"*, um importante marco para a sistematização e publicidade de ideias e ações relacionadas a Educação Patrimonial no Distrito Federal, edição especialmente elaborada em comemoração ao aniversário de 60 anos de Brasília. Os cinco eixos temáticos das publicações da edição refletem a diversidade de possibilidades que a Educação Patrimonial oferece: 1. Educação Patrimonial nos 60 anos de Brasília; 2. O Antes e Depois da Construção de Brasília no Planalto Central; 3. Proteção e Valorização do Patrimônio Cultural do Distrito Federal; 4. Projetos e Utopias: Brasília Patrimônio Cultural da Humanidade; 5. História da Educação do Distrito Federal.

Em 2020, o caráter comemorativo dos 60 anos de Brasília tem permitido a potencialização das diversas ações da política de Educação Patrimonial da SEEDF. À vista desse importante marco histórico, e por sua vez patrimonial, as ações da Educação Patrimonial da SEEDF estão refletidas na temática do sexagenário aniversário da cidade, desenvolvendo reflexões críticas sobre o passado, o presente e futuro da cidade com o intuito de despertar a memória e o pertencimento dos que têm história com Brasília e o Distrito Federal.

Considerando o relevante potencial da temática, os projetos e ações de Educação Patrimonial da SEEDF exemplificam apenas algumas das múltiplas e diversas possibilidades a serem realizadas no âmbito das políticas públicas educacionais voltadas ao processo de ensino-aprendizagem nas escolas. Existem diversos desafios e possibilidades para o aperfeiçoamento das que aqui são apresentadas e de outras que virão.

Desafios e possibilidades da Educação Patrimonial na SEEDF

A política pública de Educação Patrimonial na SEEDF, de modo intrínseco ao universo das políticas públicas, depara-se com diversos desafios e com amplas possibilidades. Nesse aspecto, podemos elencar algumas

problematizações que podem indicar caminhos a serem seguidos no curso das ações da política na busca da qualidade e das mudanças que se pretendem.

Quando falamos de Educação Patrimonial, um dos maiores desafios é a compreensão integrada de sua abordagem. Isto significa não dicotomizar natureza e cultura, material e imaterial, objetivo e subjetivo, e a sua relação as múltiplas e diversas escalas, reconhecidas ou não por instituições formais, no centro ou na periferia, na cidade ou no campo, na esfera local, regional, nacional ou global. Importa compreender de forma sistêmica e não apenas de forma teórica essa dimensão educativa, mas também o trabalho pedagógico a ser desenvolvido nas Unidades Escolares para concretização das aprendizagens, bem como as complexidades envolvidas.

Dessa forma, defende-se que o modelo de gestão adotado para a execução dessa política seja o da gestão democrática-participativa. Isso implica o entendimento que a liberdade proposta pela democracia pressupõe responsabilidades com determinados fins, especialmente, aqueles relacionados ao fortalecimento da democracia, à formação cidadã e à serviço da justiça social. Nessa direção, a participação e o compartilhamento de responsabilidades potencializam o poder de transformação dessa prática educativa.

A participação destaca-se como o principal elemento para assegurar a gestão democrática, possibilitando o envolvimento de todos os integrantes no processo de tomada de decisões e no funcionamento da política pública. Esse modelo de gestão necessita do respeito à pluralidade, à diversidade, ao caráter laico da educação e aos direitos humanos em todas as instâncias da Rede Pública de Ensino (LIBÂNEO, OLIVEIRA; TOSCHI, 2012).

Esse modelo de gestão acentua a importância da busca de objetivos comuns, assumidos por todos, em que todos dirigem e são dirigidos, todos avaliam e são avaliados. Defende uma forma coletiva de tomada de decisões. Entretanto, advoga que, uma vez tomadas as decisões coletivamente, cada membro da equipe assumirá sua parte no trabalho, admitindo a coordenação e a avaliação sistemática da operacionalização das deliberações por meio de avaliação diagnóstica, acompanhamento dos trabalhos e reorientação de rumos e ações. A ênfase é dada à qualificação e competência profissional tanto nas tarefas quanto em suas relações exigidas. Aspectos fundamentais no trabalho com as políticas educacionais, e não menos importante no desempenho da política de Educação Patrimonial.

A política pública de Educação Patrimonial, em comparação com outras políticas da SEEDF, a exemplo da política de Educação Ambiental, ainda é uma atividade recente. Os instrumentos de respaldo e execução de suas ações apresentam diversas fragilidades que comprometem a qualidade e a potencialidade das

mudanças a serem produzidas com o desenvolvimento da política. Nesse aspecto, identificamos um desafio, o qual convertemos em possibilidade, que em um caminho a médio prazo, objetiva a criação da Lei Distrital de Educação Patrimonial do Distrito Federal, com vistas ao fortalecimento dessa dimensão da educação em âmbito nacional.

No caminho de possibilidades, temos ainda, como parte do trabalho de fortalecimento da temática, a reelaboração da Portaria nº 265/2016, que institui a Política de Educação Patrimonial da SEEDF. O desafio é incorporar os principais avanços de concepções do campo educativo e do patrimônio cultural, bem como instrumentalizar mecanismos de efetivação e construção democrática dessa política nas diversas esferas da SEEDF, especialmente, nas Unidades Escolares.

Entendendo que a efetivação dessa política pública em educação não se faz apenas em gabinetes, mas, essencialmente, nos espaços de aprendizagens, envolvendo o trabalho de professores e estudantes, demandando assim, um processo de construção coletiva. Objetivando o fortalecimento da prática pedagógica em Educação Patrimonial, tem-se ainda possibilidade de elaboração coletiva das Diretrizes Pedagógicas da Educação Patrimonial da SEEDF aplicada às diversas etapas e modalidades da Educação Básica da rede pública de ensino, bem como aos projetos especiais de ensino.

Na compreensão de que vivemos em uma sociedade em rede sob diversos aspectos: rede de computadores, rede de telecomunicações, rede de transportes, sobretudo, rede de pessoas. A política pública, defendida nesse trabalho, somente torna-se eficaz pela ação e intenção das pessoas. Dessa maneira, tem-se como possibilidade construir uma rede de educadores patrimoniais da SEEDF, ação fundamental para o fortalecimento e expansão da temática. Constituir uma rede, nesse sentido, é conhecer e estabelecer vínculos entre os diversos profissionais da rede que pensam, elaboram e executam a Educação Patrimonial; é mobilizar a infraestrutura física e formal da secretaria para melhorar as condições de trabalho desses sujeitos; é estabelecer uma comunicação efetiva entre os diversos níveis hierárquicos, desde as Unidades Escolares até o nível central da SEEDF; é, também, reconhecer e valorizar o papel de cada um em seu contexto e diversidade.

Nessa linha, um dos principais desafios é a integração dos profissionais envolvidos, bem como a identificação e sistematização de projetos e ações desenvolvidos nas Unidades Escolares que se relacionam com a Educação Patrimonial enquanto tema transversal. Pretende-se também que a Educação Patrimonial, por meio de sua essência teórica de análise do contexto social e de particularidades, contribua com o fortalecimento da Coordenação Pedagógica nas Unidades Escolares da rede pública de ensino do Distrito Federal.

Consolidando o devido espaço em meio às discussões e problematizações das ações pedagógicas de caráter transversal e seus contextos.

A Educação Patrimonial não deve se restringir a definições de órgãos oficiais, do espaço acadêmico, à circunscrição simbólica e política dos grandes centros, a monumentos ou práticas tombadas, a uma classe ou grupo social. Isto implica reconhecer a produção de movimentos sociais, coletivos comunitários, a periferia, as diversas regiões administrativas, os monumentos e manifestações outras, a diversos grupos sociais marginalizados e excluídos historicamente. E não basta sinalizar isso no discurso e na compreensão teórica. Tal perspectiva caracteriza o desafio e o dever de moldar a gestão de ações, projetos e práticas pedagógicas que envolvem o trabalho da temática. Encontrando na comunidade e seus diversos contextos possibilidades de potencialização desse trabalho.

No desenvolvimento das ações, projetos e práticas tem-se ainda como potencialidade a aplicabilidade da pedagogia de eventos, bem da pedagogia de projetos, que corroboram com a construção da política. Contudo, compreende-se que as ações pedagógicas não devem se resumir a eventos pontuais, mas envolver uma construção intencional do trabalho pedagógico em torno da temática pelas Unidades Escolares. Dessa forma, encontros formativos e de troca de experiência tornam-se, portanto, momentos potencializadores de novas propostas de integração do trabalho de Educação Patrimonial.

Ainda em torno das possibilidades, a Educação Patrimonial abre possibilidades para se atingir finalidades do ensino específicas. Assim, é de pouca valia trabalhar o patrimônio pelo patrimônio ou a Educação Patrimonial dissociada do contexto e dos cenários da comunidade escolar. Nesse aspecto, a Educação Patrimonial voltada às escolas públicas do Distrito Federal possui alguns desafios teóricos e metodológicos. Entre eles destaca-se: a valorização da escola como patrimônio cultural e educativo; a escola como espaço da diversidade cultural; a valorização da história, cultura e referências locais das quais as Unidades Escolares fazem parte; a identificação e construção de uma identidade regional relacionada ao Distrito Federal.

Em meio ao universo de suas potencialidades, propõe-se que o fortalecimento da Educação Patrimonial na rede pública de ensino seja acompanhado por processos formativos, de apropriação e construção de conhecimento pelos professores e de desenvolvimento e aperfeiçoamento da autonomia intelectual desses profissionais. Essa perspectiva permite que a temática no âmbito da educação básica não seja pautada apenas por acadêmicos, mas também pelos professores e pela comunidade escolar.

Por fim, destaca-se o potencial transformador da Educação Patrimonial enquanto dimensão ampla e profunda, que ao abrigar seus aspectos bases: memória, identidade, pertencimento, lugar, patrimônio, e no seu trabalho de identificação daquilo que é significativo para o sujeito, revela suas potencialidades no enfrentamento de problemas que envolvem a escola: evasão, abandono

escolar, distorção idade-ano, violência, adoecimento e tantos outros. Acredita-se que a Educação Patrimonial possa ajudar a ressignificar o modo como os sujeitos se compreendem, se relacionam com a escola e com a comunidade, e no modo como se estas relacionam entre si, a partir da valorização dos sujeitos, dos seus espaços de vida, das suas histórias, e de suas memórias e identidades. ■

Referências bibliográficas

- BAUMAN, Z. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BENEVIDES, M. V. **A cidadania ativa**. São Paulo: Ática, 1991.
- BRANDÃO, J. P. M. Identidade. In: IPHAN. **Dicionário do Patrimônio Cultural**. Brasília: IPHAN, 2019. Disponível: <portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/49/identidade>. Acesso em: 09 fev. 2020.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- _____. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.
- CANCLINI, N. G. O patrimônio cultural e construção do imaginário nacional. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Cidades, n. 23, Rio de Janeiro: IPHAN/Minc, p. 94-115, 1993.
- CLAVAL, P. **A Geografia Cultural**. Tradução: Luiz Fugazzola Pimenta; Margareth Afeche Pimenta. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999, 453 p.
- CORRÊA, R. L.; ROZENDAHL, Z. Geografia cultural: apresentando uma antologia. In: CORRÊA, R. L.; ROZENDAHL, Z. (orgs.) **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- _____. (orgs.). **Geografia Cultural: uma antologia (1)**. Rio de Janeiro: Eduerj, p. 219-237, 2012.
- COSTA, E. B. Patrimônio e território urbano em cartas patrimoniais do século XXI. COSTA, Batista Everaldo. Patrimônio e território urbano em cartas patrimoniais do século XX. **Finisterra**, XLVII, n. 93, p. 5/28, 2012.
- DISTRITO FEDERAL. **Lei Nº 5.080, de 11 de março de 2013**. Institui no calendário oficial de eventos e no calendário escolar do Distrito Federal, o Dia do patrimônio Cultural e institui as Jornadas de Brasília Patrimônio Cultural da Humanidade. Brasília: CLDF, 2013. Disponível: <www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/73788/Lei_5080_11_03_2013.html>. Acesso em: 28 nov. 2019.
- _____. **Plano Distrital de Educação - PDE - 2015-2024**. Brasília: GDF; Fórum Distrital de Educação, 2015.
- _____. **Portaria Nº 265, de 16 de agosto de 2016**. Institui a Política de Educação Patrimonial da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Brasília: DODF, 2016.
- _____. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Currículo em movimento do Distrito Federal: Ensino Fundamental - anos iniciais e anos finais**. Brasília: SEEDF, 2018.
- DUNCAN, J. S. Após a guerra civil: reconstruindo a geografia cultural como heterotopia. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROZENDAHL, Zeny (orgs.). **Geografia Cultural: uma antologia (1)**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2012, p. 219-237.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- _____. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- _____. **Professora, sim; tia, não**: cartas a quem ousa ensinar. Rio de Janeiro. São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- _____. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- GOMES, N. L. **Indagações sobre currículo: diversidade e currículo**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. São Paulo: DP&A, 2006.

- IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Educação patrimonial**: histórico, conceitos e processos. Brasília: IPHAN, 2014.
- JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1996.
- LEITE, C. M. C.; GARCIA-FILICE, R. C.. O Ensino de História e Geografia no DF: Percalços e Percursos de uma única história chamada Brasília. **Revista História e Diversidade**, v. 6, n. 1, p. 64-76, 2015.
- LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2012.
- MENESES, U. T. A paisagem como fato cultural. IN: YÁZIGI, E. (org.) **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Editora Contexto, 1996.
- MOREIRA, A. F. B; CANDAU, V. M. **Indagações sobre currículo**: currículo, conhecimento e cultura. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC-SP. nº 10, 1993.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5. n. 10, p. 200-212, 1992.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 107-130, 2005.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2012.
- SARTRE, J. P. **O existencialismo é um humanismo**. A imaginação: Questão de método. Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha. Tradução de Rita Correia Guedes, Luiz Roberto Salinas Forte, Bento Prado Júnior. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007.
- TUAN, Y-F. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. Londrina, PR: Eduel, 2013.
- WAGNER, P.. L.; MIKASELL, M. W. Os temas de geografia cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand, p. 27-61, 2011.